



CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM  
Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84  
Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

ATA 67ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

1 No dia 20 de julho de 2024, o COFEM realizou a 67ª Assembleia Geral Extraordinária pela  
2 plataforma *online* MEET. O link <https://meet.google.com/cpv-fdkt-uhd?authuser=2> foi encaminhado  
3 aos(às) participantes através do e-mail [maranjr@gmail.com](mailto:maranjr@gmail.com) às 09h36min. Acessaram o link e  
4 participaram da 67ª AGE os(as) Conselheiros(as) COFEM: Aluane de Sá, COREM 4R.0198-I,  
5 Conselheira Efetiva, Diretoria Secretária COFEM; Andréa Fernandes Considera, COREM  
6 4R.0149-I, Conselheira Federal Suplente, residente em Brasília/DF; Claudia Penha dos Santos,  
7 COREM 2R 0359-I, Conselheira Federal Suplente, residente no Rio de Janeiro/RJ, participou  
8 somente no período matutino; Diego Lemos Ribeiro, COREM 3R 0191-I, Conselheiro Federal  
9 Efetivo, residente em Pelotas/RS; Eliene Dourado Bina, COREM 1R.0080-I, Conselheira Federal  
10 Efetiva, residente em Salvador/BA; Heloisa Helena Queiroz, COREM 2R.0726-I, Conselheira  
11 Federal Efetiva, Vice-Presidente COFEM, residente no Rio de Janeiro/RJ; Janete Rodrigues  
12 Santos, COREM 1R.0269-I, Conselheira Federal Suplente, residente em Salvador/BA; Maria da C.  
13 L. Moreira, COREM, 1R 0268-I, Conselheira Federal Efetiva, residente em Salvador/BA; Marcia  
14 Regina Bertotto, COREM 3R.0180-III, Conselheira Federal Suplente, residente em Porto  
15 Alegre/RS; Maria Eugênia Saturni, COREM 4R.0022-II, Conselheira Federal Efetiva, residente em  
16 São Paulo/SP, participou somente no período matutino; Marco Antonio Figueiredo Ballester Jr,  
17 COREM 5R.0054-I, Conselheiro Federal Efetivo, Presidente COFEM, residente em Itajaí/SC; Rita  
18 de Cássia de Mattos, COREM 2R.0064-15I, Conselheira Federal Efetiva, Diretora Tesoureira  
19 COFEM, residente no Rio de Janeiro/RJ. **A participação dos Conselhos Regionais de**  
20 **Museologia, se deu por meio dos(as) Conselheiros(as) Regionais:** COREM 1R: o Presidente  
21 Saulo Moreno Rocha, COREM 1R.0510-I, residente em Fortaleza/CE e a Tesoureira Guilhermina  
22 de Melo Terra, COREM 1R 0553-III, residente em Manaus/AM; COREM 2R: a Presidenta Célia  
23 Corsino, COREM 2R.1005-I, residente no Rio de Janeiro/RJ; a Tesoureira Angela Maria C.  
24 Moliterno de Oliveira, COREM 2R.0166-I, residente no Rio de Janeiro/RJ; COREM 3R: a  
25 Presidenta Aline Escandil de Souza, COREM 3R.0197-I, residente em São Leopoldo/RS; COREM  
26 4R: o Presidente Judivan Alves Ferreira, COREM 4R.0346-I, residente na Cidade de Goiás/GO.  
27 **Justificaram ausência os(as) Conselheiros(as):** Eloisa Souza Ramos, COREM 2R 0369-I,  
28 Conselheira Federal Suplente, residente no Rio de Janeiro/RJ; Fernanda Cheffer, COREM  
29 5R.0156-I, Tesoureira COREM 5R, residente em Curitiba/PR; Marcio Ferreira Rangel, COREM  
30 2R.0509-I, Conselheiro Federal Efetivo, residente no Rio de Janeiro/RJ; Mona Ribeiro  
31 Nascimento, COREM 1R.0396-I, Conselheira Federal Suplente, residente em Salvador/BA;  
32 Rodrigo Luiz dos Santos, COREM 4R 0263-I, Tesoureiro COREM 4R, residente em São  
33 Paulo/SP; Vivian Fava Paternot, COREM 2R.0749-I, Conselheira Federal Suplente, residente em  
34 Niterói/RJ; Pollyne Ferreira de Santana, COREM 4R 0339-I, Conselheira Federal Suplente,  
35 residente em São Paulo/SP. **Confirmaram presença**, porém não compareceram, o Tesoureiro  
36 COREM 3R, Heron Moreira, COREM 3R 0251-I, residente em Porto Alegre/RS; e a Presidenta do  
37 COREM 5R, Franciele Maziero, COREM 5R 0076-I, residente em Araranguá/SC. **Não se**  
38 **manifestou** perante a Convocação para participar da Assembleia, Pedro Louvain de Campos,  
39 COREM 5R.0120-I, Conselheiro Federal Suplente, residente em Foz do Iguaçu/PR. Assumiu  
40 como Conselheira Federal Efetiva nesta 67ª AGE, Claudia Penha dos Santos, COREM 2R.0359-I,  
41 Conselheira Federal Suplente, na ausência de Marcio Ferreira Rangel, COREM 2R.0509-I,  
42 Conselheiro Federal Efetivo, com direito a voto nas deliberações do Plenário. A PAUTA da  
43 Convocação, enviada por e-mail em 18 de junho de 2024, continha os seguintes assuntos: **1-**  
44 **Leitura e aprovação da Ata da 66ª AGE (08.06.2024); 2-** Leitura e deliberação da IN COFEM  
45 001/2024; **3-** Encaminhamentos para o cumprimento do Acórdão TCU 2402/2022; **4-** Ministério  
46 Público do Trabalho – Acordo de Cooperação Técnica – estágios; **5-** Homologação e/ou  
47 aprovação de legislação COFEM – documentos aprovados *Ad hoc* do Plenário. A Presidente do  
48 COREM 2R, Célia Corsino informou que estava a caminho do trabalho, mas que a Tesoureira  
49 Angela estaria presente. O Presidente COFEM Marco Antonio abriu a reunião cumprimentando e











**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84  
Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

outro exemplo: caso alguém tenha uma dívida de R\$ 6.000,00 e a parcela mínima for de R\$60,00, o período irá passar dos 5 anos. A Conselheira Eugênia informou que o valor de R\$60,00, que consta no Art. 18, inciso III, § 1º, da IN 001/2023 deve ser atualizado anualmente de acordo com o INPC, igual à anuidade. O Presidente Saulo informou que no COREM1R estava concebendo um parcelamento sem desconto, em torno 15 a 20 vezes e por isso ele ressalta não ter compreendido a norma dessa forma e que tinha pensado que as previsões eram referentes aos descontos aplicados às multas exigidas. A Conselheira Eugênia lembrou que a IN 001/2023 fora discutida em plenário previamente. A proposta inicial dessa norma era de que a parcela máxima fosse de 18 meses, mas houve uma alteração reduzindo para 12 meses, embora a CLN considerasse que 18 meses seriam mais adequados, porém pelo que ela também se recorda, isso vem de uma legislação antiga e que iria verificar se o COREM pode avaliar e se em Plenário pode fazer essa alteração. O Presidente Saulo observou que as dúvidas devem ser discutidas e que sua questão é sobre não ter compreendido, naquela época, que esse artigo limitava a 12 parcelas no pagamento. Houve um debate, persistindo as dúvidas sobre a valor e a quantidade de meses para o parcelamento. Com a manutenção das dúvidas, a Conselheira Eugênia, da CLN, informou que no Art. 36 da IN 001/2024 está previsto que casos omissos deverão ser analisados pelo Plenário dos respectivos COREMs e posteriormente, encaminhados para análise e Parecer do Plenário COFEM. Rita acrescentou que é possível desde que as justificativas sejam consideradas importantes e plausíveis. A Conselheira Eugênia perguntou se ele entendeu que essas 12 parcelas, são para obtenção da isenção de juros e multas. Saulo respondeu que tinha plena ciência, porque, o modelo de Notificação elaborado pelo COREM 1R, já apresenta um escalonamento detalhando valores a depender do desconto aplicado e que vem praticando dessa forma, desde o ano passado, quando a IN 001/ 2023 fora publicada. Então sua compreensão era de que esse parcelamento poderia ser em um número não definido, desde que o valor mínimo fosse de R\$60,00. O COREM 1R possui algumas Notificações seguindo esse modelo e não sabe se nos outros COREMs é feito dessa forma também. Aline, Presidente do COREM 3R argumenta que, tendo os COREMs essa autonomia para depois prestar conta ao COFEM, facilitará bastante o andamento de quitação de dívidas. Rita comentou que, [em 2017 e 2018] o COFEM, para diminuir a inadimplência, lançou dois Programas de Recuperação de Crédito (PRC) onde as questões relativas a parcelamento estavam previstas. A Conselheira Eugênia observa que é preciso ver como foi estabelecido o parcelamento, no PRC,[máximo de 12 parcelas] porque acha que está mais ou menos como a IN e que a legislação fora consultada quando da primeira redação da IN 001/ 2023. Porém o que os COREMs não podem fazer é aplicar os descontos sobre pagamentos que ultrapassem 12 parcelas, pois a norma legisla que só pode haver isenção de juros e de multas até 12 parcelas. Se por negociação do COREM houver pagamentos em mais de 12 parcelas, esses deverão considerar os juros e multas. Saulo observou que não foi a questão de multas e juros, mas sim, da instrução, dando a opção aos COREMs para deliberarem e instruírem sobre o assunto, pois, se eles não podem emitir resolução qual seria o instrumento que poderiam ter? O Presidente do COFEM, Marco, sugeriu refletirmos: se Saulo e Aline fizeram parcelamentos acima dessa temporalidade e já foi firmado o acordo, no período em que não havia a regulação da IN, não há necessidade de rever o processo. A Conselheira Maria Eugênia concordou com o Presidente, pois se não havia legislação específica nas datas dos acordos efetuados pelos Regionais, cada COREM definiu suas regras, não implicando na necessidade de revisão dos acordos. A leitura do texto foi retomada. Saulo comentou, que achou a questão sobre a aposentadoria muito abrangente. O COREM 1R, tem longo histórico de problemas de comunicação inadequada com os registrados. Lembrou que uma Resolução publicada pelo COFEM (ele não lembra a data) que isentou a anuidade de aposentados e nisso, um conjunto de pessoas teve acesso a essa informação. Eugênia informou que não há Resolução voltada para a isenção de aposentados; que a Resolução COFEM nº03/2007 que dispunha sobre a concessão de isenção de anuidade de profissionais com idade acima de 65 anos, foi revogada pela Resolução COFEM 07/ 2014 e só os registrados(as) que fizeram o requerimento de isenção a partir de 15 de junho de 2007 até 18 de setembro de 2014 ficaram isentos de pagar a anuidade. Saulo complementou que essa Resolução é sempre citada na Resolução anual de anuidade, que



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento

Hash F51425601867454878434399da010007Ced7e2003a2101d53712c0564bae104RJ

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br) | Tel: (021) 87732-4020 | e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br) | [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com)





**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

salvo engano, a isenção de anuidade é a partir de 65 anos, mas que tem uma previsão legal e é sempre citada, porque as pessoas que foram contempladas pela isenção naquele momento, são protegidas anualmente, que não há retroatividade. Também mencionou não ter entendido a questão dos outros fatores socioeconômicos que reduzem, limitam ou impeçam a capacidade do registrado de cumprir suas obrigações junto ao COREMs. Como parece ser um tema difícil de precisar, cabe um documento oficial, decretos de um dos poderes – Municipais, Estaduais e Federais que dêem a justificativa para redução de dívidas. Então seria necessário esse ajuste para não ser injustos com os demais. Desde que haja, por exemplo, atos públicos que declarem estado de calamidade, ou questões de segurança, pois sem isso, os COREMs ficam sem parâmetros para poder caracterizar o que seriam outros fatores socioeconômicos, e quais são os documentos para que possam conseguir comprovar esses fatores. Célia, sugeriu que a expressão calamidade pública poderia ser utilizada. Eugênia concordou com essa observação e que poderiam acrescentar no Inciso V- [...] desde que previstos em Legislação Federal, Estadual, Municipal e/ou Distrital”. Eugênia comentou que por uma questão de organização do documento, acrescentaria, o parágrafo 4º com a redação: o deferimento do pleito que tenha fundamento no inciso V, poderá ser aplicado desde que tenha previsão em Legislação Nacional, Estadual, Municipal e/ou Distrital. A leitura foi seguida pelos demais artigos do documento sem que houvesse dúvidas e/ou questionamentos. Os COREMs precisarão verificar, dentre seus créditos a receber, aqueles que são classificados como irrisórios, irrecuperáveis ou de difícil recuperação, pois poderão deixar de cobrar administrativamente os créditos considerados irrisórios”, ou seja, créditos inferiores a 25% do valor da anuidade vigente, dado o custo de cobrança em relação ao benefício do retorno ao erário”. Aline apresentou uma dúvida sobre uma empresa que deu baixa no CNPJ, mas ainda é devedora no COREM: deve-se perdoar a dívida ou não? Eugênia informou que não pode haver cobrança se não há mais CNPJ. Como o COREM não abriu processo administrativo no tempo hábil, não havia cobrança constituída contra ela quando pediu a baixa do CNPJ e, por isso a baixa do CNPJ foi concedida pelo órgão responsável. Mas é viável consultar o Assessor Jurídico do COFEM se é possível ou não, entrar com uma ação contra as pessoas físicas responsáveis pela empresa. A Presidenta Aline comentou que a dívida foi lançada e comunicada, e a empresa, que recebeu o AR depois encerrou as atividades. Entretanto, o COREM, na gestão em que houve esta situação, não entrou com a Certidão da Dívida Ativa contra essa empresa, e ela fechou sem efetuar o pagamento da dívida. Rita confirmou que nessa situação, a dívida não prescreve, e que é necessário verificar com o Assessor Jurídico essa situação, pois houve a constituição do débito. Saulo observou que é importante ficar bem atento e atuar logo para impedir que aconteça a perda dos valores devidos antes do encerramento das atividades da empresa. Frisou que está com uma situação semelhante no COREM1R: um consórcio que surgiu com um objetivo muito específico, e o COREM1R tinha conhecimento de que e consórcio iria fechar, sem pagar a anuidade. Iniciou a fiscalização, notificou no prazo correto, e não responderam. No recebimento do Termo de Autuação, pagaram o valor da dívida. Apresenta outra dúvida, relativa aos falecidos. O previsto no Art. 16 só se aplica nos processos judiciais ou se cabe também, nos processos administrativos, no caso das pessoas falecidas? Eugênia comentou que, caso o devedor tenha sido notificado com antecedência, o COREM pode sim, acionar o Inventário e pleitear os valores que foram cobrados em vida, pois o crédito já estava constituído e não prescreverá. Saulo voltou a indagar se caso isso aconteça, essa situação não será considerada como valor irrisório, sem justificativa? Pode, então, com o falecimento da pessoa, arquivar e cancelar essa cobrança? Rita informou que terá que utilizar o que está previsto nessa IN001/2024. Saulo indagou sobre como fazer esse processo de busca de inventário: terá de ser feito junto à Justiça? Do ponto de vista administrativo, como isso pode ser feito com mais facilidade? Rita afirmou que, neste caso, terá que contar com a orientação de um advogado, pois ele saberá o que fazer e como chegar ao responsável pela partilha e à conclusão do caso. Celia lembrou que essas ações podem demorar anos até que sejam resolvidas, então deveria ser visto logo. Rita disse que a IN dá os meios para decidir, pois cada situação gera um processo que deve ser discutido, avaliado, acompanhado e esse é o ponto trabalhoso da cobrança, mas que não é possível deixar de fazer. Eugênia observou a importância de os COREMs manterem sua carteira

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento

Endereço: Rua Álvaro Alvim, nº 439, sala 1006, Centro, CEP: 20031-201, Rio de Janeiro/RJ

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br); Tel.: (021) 97722-4020; e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com).

<https://valida.de/186d75eb74f0dc86b2cedc46325f9a3b6bc19360ea69787>





**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

de registrados, o mais atualizada possível e que isso é importante para sua sobrevivência, na medida que todas as taxas e emolumentos que cobravam estão sendo questionadas pelo TCU. Portanto, é importante começar a agir, porque não poderão ter as taxas que complementavam a existência dos COREMs. Por isso os COREMs não poderão ter uma inadimplência alta como têm hoje. O Presidente do 4R, Judivan confirmou que estão emitindo comunicados, avisando para que os inadimplentes se regularizem, mas infelizmente ainda estão com uma margem ruim. A Presidenta do COREM 2R, disse que tem 55% ou mais de inadimplência, que possui em torno de 1.400 registrados e os cadastros não estão atualizados, mas estão realizando esse trabalho. Dividiram a quantidade de registros pelo número de Conselheiros, onde cada um recebeu 100 nomes para entrar em contato com os devedores e informar que precisam pagar a dívida. Célia complementou, informando a estratégia que está utilizando, envolvendo todos os Conselheiros, que estão trocando informações para fazer a busca de quem conhece quem e buscar, através de uma mobilização com os Conselheiros, atualizar, o máximo possível, o cadastro. Rita, respondendo à pergunta do Diego, sobre quantos são os nossos inadimplentes, comentou que o COFEM não possui esse dado ainda, pois aguarda o Relatório dos COREMs, em novembro. De posse desses dados o COFEM enviará o Relatório final para o TCU. Essa entrega foi prorrogada por mais um ano e não acredita que eles possam prorrogar mais e quem não atender essa norma ficará considerado inadimplente perante o TCU. Por isso, está motivando sobre esse levantamento, que é trabalhoso, e que em novembro deverão dar uma resposta ao Tribunal de Contas, quando então será conhecido o valor da dívida do Sistema COFEM/COREMs. No conjunto, a dívida de todas os CFP considerando todos os Conselhos de Fiscalização pelo Acórdão nº 2402/2022, é em torno de R\$ 9 bilhões. Antes de seguir para o Art. 17, Aluane informou que fez alteração no Inciso II, do parágrafo 2º do Art. 16. Rita observou que os COREMs precisarão ter acompanhamento jurídico para saber como tomar decisões e encaminhar as orientações apresentadas na legislação, visto que, são eles [o Jurídico] que possuem a orientação técnica. Após a leitura do Art. 21, foi decidido que a frase deveria estar no plural, mudando a redação para “os COREMs deverão designar” ... A Conselheira Márcia comentou que tem uma dúvida em relação ao inciso III do Artigo 27, sobre tornar-se inválido ou definitivamente incapacitado. Nesse caso seria uma isenção ou um desligamento? Rita comentou que está redundante. Na norma consta que, se comprovada a situação de invalidez, o profissional deverá pedir desligamento. As Conselheiras Rita, Márcia e Eugênia concordam que seria melhor tirar esse inciso para que não haja dúvida. Rita indagou à Conselheira Márcia, se sua dúvida havia sido esclarecida. Ela informou que era sobre o inciso III, quando a pessoa se torna inválida para trabalhar, pois entende que se a pessoa está incapacitada para trabalhar, alguém irá apresentar por ela, não uma solicitação de isenção de anuidade, mas sim o seu desligamento. Ficou acordado retirar o inciso III do Artigo 27. Marco comentou que, de acordo com Saulo, o desligamento só poderá ser concebido perante o pedido. Saulo compreendeu que, realmente, não pode desligar as pessoas ou obrigá-las a tal desligamento, tendo essa questão prevista no Artigo 10. Eugênia comentou que neste artigo, a questão é de aposentadoria por invalidez ou concessão de auxílio-doença. Rita mencionou que pode estar acometido ou não por doenças graves, então com a referência do Saulo, se seria colocar no Artigo 29 ou no Artigo 10, sobre o fato das pessoas poderem continuar trabalhando por não serem obrigados a se desligarem do Conselho Regional. Então, a pessoa que se encontra nessa situação, poderá ter a escolha de isenção ou não. Célia comentou que no Artigo 27 não trata de registro, mas sim da isenção da anuidade, que no Artigo 10 essa questão está resolvida. Eugênia confirmou que está tudo resolvido, pois a condição para a obtenção deste direito está prevista no Inciso 3º, não sendo necessário a complementação em outro item, apenas retirar o inciso 3º. Na leitura do Artigo 30, parágrafo 1º, “No caso do inciso II do Artigo 27, a isenção deverá ser requerida anualmente, acompanhada dos respectivos documentos probatórios, devidamente atualizados” e no parágrafo 2º, “Quando decorrente de invalidez ou incapacidade definitiva para o trabalho previsto no inciso III do Artigo 27, a concessão da isenção será condicionada à baixa do registro profissional e, no caso da Pessoa Jurídica, a baixa de responsabilidade individual do titular”. Rita comentou que aqui há uma confusão pelo fato de cogitar em deletar o inciso III. Eugênia disse que este artigo trata da possibilidade de a pessoa ter







**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**

**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**

**Regulamentado pelo Decreto nº91.775, de 15/10/85**

débitos a serem cobrados e assim, caso tenha, conceder a baixa a partir desses débitos. Rita conferiu que embora condicionado à baixa, o registrado pode não querer também. Eugênia reforçou que se a pessoa está incapacitada para o trabalho, ela deve estar recebendo proventos do INSS ou outro auxílio e se, estiver recebendo, essa pessoa não pode trabalhar. Foi deliberado pela manutenção do inciso III do Artigo 27. Eugênia observou o cuidado que o Sistema COFEM/COREMs deve ter para não dar guarida a ações incorretas, atuando sempre no atendimento à legislação. Seguindo a leitura, no capítulo V “Do Cancelamento do Lançamento”, chama a atenção o Art. 30. Considerando que os COREMs precisarão elaborar o Relatório final para o TCU, Rita acata a sugestão do prazo de 90 dias, para que a IN entre em vigor. Complementou que encaminhou, em 2023, uma tabela com levantamento das dívidas com valores mais antigos, atualizada até outubro de 2023. Indagou se todos possuem esse documento e caso não tenham, poderá enviá-lo novamente, mas será preciso atualizar a partir do mês de setembro, Recordando: a cobrança é feita a partir de abril, pois o prazo para pagamento sem juros vai até 31 de março e a partir de abril já é cobrada multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) a cada mês de atraso, até dezembro. Caso a anuidade não seja paga até dezembro do ano em curso, esse profissional será inadimplente, a partir do mês de janeiro do ano seguinte. Saulo comentou que tem uma questão, sobre um tópico que provavelmente não está sendo tratado, mas que, mesmo assim, gostaria de tirar uma dúvida, e se ela estaria contemplada no Artigo 36. O COREM 1R possui registros remanescentes da recepção e incorporação de outros regionais e o último foi o COREM 6R. Esses registros, em sua maioria possuem muitos erros de documentação e até falta de documentos. No caso do 6R, sequer isso aconteceu no processo de transição para o 1R e foram registrados, sem que houvesse documentação completa. Houve casos de pessoas que foram registradas com o mesmo número, e, em alguns casos, não possuem nem a ata que registre o ato da concessão do registro profissional. Quando o COREM 1R, tem informações sobre esses profissionais com os registros irregulares e se estão atuando é possível entrar em contato com eles para informar da sua situação junto ao COREM, e solicitar formalmente uma posição desses profissionais sobre o interesse, ou até mesmo a verificação da aplicação da necessidade de registro, para fim de regularização. A Conselheira Eugênia observou que consta no Artigo 5º, da Lei 12.514/2011: “O fato gerador das anuidades é a existência de inscrição no Conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício”. A Tesoureira Rita confirmou ser possível entrar em contato com essas pessoas e lembrou da época da extinção do COREM 6R, sobre a situação dos registros. As Conselheiras do COREM 6R à época, não conseguiram resolver essa questão de registrados com pastas de assentamento incompletos, mas os registros, a partir da gestão que pegaram, estavam corretos. Então, para sanar essa questão, terá que conferir o Artigo 5º da Lei nº 12.514, citado pela Eugênia. Saulo falou que o problema não é sobre o registro em si, porque foi dado o registro, porém não tem base qualquer para fundamentar esse registro, pois não possuem nenhum documento sobre o requerimento, não tem dossiê de provisionamento e o Conselho concedeu o registro com base em nada. Eugênia informou que essa situação pode ser um dos casos onde os documentos foram perdidos, porque o COREM 6R teve um problema sério, pois esses arquivos eram organizados pela ex-Conselheira Eunice que, não se deu conta da ausência dos documentos. Com certeza ela não fez a inscrição de alguém que não apresentou requisição de registro ao Conselho. Eliene comentou sobre esta questão, porque a fala de Saulo é pertinente, pois naquela época, ela foi a relatora desse caso e o problema foi que o COREM 6R já estava enfrentando problemas há muito tempo. Ela chegou a fazer uma reunião com o COREM1R e ficou definido dar um número aos registrados e aos transferidos, já que, era uma intervenção. E que os problemas enfrentados seriam resolvidos no decorrer do processo. Então, isso ficou, realmente, de incumbência maior para o COREM 1R, em tentar resgatar todo esse pessoal, para que, fossem oficializar o novo número. Rita complementou a fala de Eliene, considerando necessário deixar bem clara situação do 6R quando ela e a Conselheira Marcia Bibiani foram a Belém, logo após o falecimento da Conselheira Eunice, porque quando ela estava viva, o COFEM tentou por diversas situações. Quem trabalhava mais próximo da Eunice era o “Tonhão”, e que nesta época, estava estudando em Portugal. E o Conselheiro Euler foi quem ajudou muito, mas a documentação estava de um jeito que as pessoas não tinham



~~Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento.~~

Hash: f8e42960d6e4bf7f8c343995a18b90067Cenitde-06EP7abb93a1299a531205254Janeiro/RJ

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br); Tel.: (021) 97722-4020; e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com).

<https://valada.ac/1b0a75eb71f0dc666b2cedc4637319a3b0bc19300eab09787>

<https://valueda.de/1b0a75eb71f0dc00bb2cedc4037019a5b0bc19500eab0970>





**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

conhecimento de como eram organizadas. O COFEM teve muita dificuldade, para retirar da casa da Eunice os documentos que lá estavam. A documentação foi entregue numa caixa de papelão, com vários documentos dentro e o que foi entregue para a Conselheira Eliene, foram os registros separados e organizados no hotel onde a Presidente e a Tesoureira do COFEM estavam hospedadas. Por mais que a tarefa tenha sido difícil, ficou para o COREM 1R resolver, porque Maíra, Lucimere, Cristiane e o Bernadino que eram a Diretoria da época mais o pessoal remanescente da 6R, porém estes não tinham mais interesse, já estavam, praticamente, desvinculados da profissão. Essa equipe que formou a gestão, tentando levar o 6R adiante, não conseguiu. Apenas os registros que ficaram sob responsabilidade deles estavam muito bem-organizados, sob a ótica do registro. Essa foi a solução que se encontrou à época, porque tinham que tomar uma decisão. Rita e Marcia entregaram ao Secretário de Controle Externo da Secretaria da Receita Federal, o ofício comunicando a extinção do COREM 6R e ele disse que, finalmente, o COFEM tinha decidido extinguir o 6R. Saulo retomou a palavra e entende a posição do COFEM, mas ele não queria entrar nessa questão de mérito e que não é uma crítica à gestão do COREM, pois ele tem consciência de que houve muitos problemas no 6R, apenas acha que o que está trazendo é uma questão de fundo mais amplo que, certamente, pode estar presente em todos os Conselhos e quando forem fazer esse trabalho de análise da situação de pendências, de inadimplências, eles talvez enfrentem a questão do extravio de documentos ao longo do tempo. Ou então, talvez, o seu Conselho seja o mais complicado, pois recebeu registrados de outros COREMs que foram extintos no início de sua existência. Foram criados em 1986, Bahia e em 1988 incorporaram o COREM Nordeste e neste mesmo ano, incorporaram o COREM Centro-Oeste, somente depois, em 2017 ou 2018 incorporaram o COREM 6R. Ou seja, ao longo do tempo tiveram muitas camadas de documentos que entraram e saíram, tanto que possuem várias pastas de profissionais que não tem qualquer documento e finalmente conseguiram, depois de muito esforço de buscas na documentação do COREM, localizar a quem se refere os números que não sabiam de quem eram, mas que hoje sabem a quem pertencem, visto que grande parte deles eram do COREM Centro-Oeste e que atualmente estão registrados no COREM 4R, alguns já falecidos e é bem provável, que na época dessa reorganização os documentos não foram levados juntos para o COREM 4R. A pergunta então é como que o atual COREM1R pode lidar com isso, porque o fato gerador para a cobrança de anuidade é o registro, mas para haver a concessão do registro é necessário um procedimento administrativo. Como não possuem esse procedimento do registrado, em sua perspectiva, esse é um fator que gera anulação de qualquer tipo de cobrança. O que pode ser feito? Através de um processo administrativo, dar o direito às pessoas que se pronunciarem, se têm interesse ou não de manterem o registro? Caso não haja o interesse, deve ser feita a justificativa e procede-se à baixa, do registrado? Acredita que esses casos não são isolados, somente do COREM1R. Recorda que Felipe comentou haver, no COREM 2R, muitos casos de profissionais que não tinham documentação completa nas pastas ou que estavam ainda procurando por ainda haver muita coisa encaixotada [o COREM 2R mudou de endereço e nem todas as caixas de documentos estavam abertas]. Então ele traz a questão específica, dos casos mais antigos, que terão de ser enfrentados e que percebeu que a IN não trata, sendo erros que o próprio COREM comete, extravios de documentos ou a possibilidade de ter havido erros administrativos, como é o caso do profissional anteriormente comentado, onde consta o processo de provisionamento no 1R (e que comunicou ao COFEM). Além de outro caso que, via Ofício, o COREM comunicou ao COFEM e encaminhou uma cópia para o 2R, sobre um senhor que pediu o provisionamento, e o processo dele foi para Brasília e de lá, a Laís [1ª Presidente do COFEM] mandou para outra Região, mas retornou ao COREM1R, com a documentação da 4R e em outro momento houve uma confusão entre os registros dela e deste senhor, onde ele acabou assumindo o número da Laís Scuoto, sendo registrado no 1R. Entretanto, nunca houve contato com este senhor e é provável que o pedido dele de provisionamento nunca tenha sido respondido, por ter sido completamente desvirtuado de sua região que é Minas Gerais e seu processo está até hoje com o 2R sem nenhum parecer. Ou seja, é desses casos que não estão contemplados, em sua perspectiva na IN e gostaria de saber se a questão, tal como foi apresentada pode ser observado. A Conselheira Aluane comentou se







## CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84

Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

421 haveria necessidade de apresentar novamente ou não, um artigo nas disposições finais sobre  
422 esses casos, pois o Saulo exemplificou um, mas podem surgir outros casos, e se tivesse um  
423 artigo, de casos omissos ou outro tipo e de que forma podem ser tratados. Saulo comentou que,  
424 particularmente, seria o caso de fazer uma inserção de um artigo que trate disso, já que estão  
425 tentando sanar problemas históricos, mas ter, principalmente, balizas jurídicas e mesmo  
426 administrativas para lidar com essas questões que vão sendo acumulados ao longo dos anos.  
427 Sabe que os COREMs, historicamente, cometeram muitas falhas e erros, de orientação e  
428 administrativos e agora se faz necessário o saneamento para poderem caminhar de forma correta  
429 e essa IN pode ser um instrumento para poder inserir um artigo que trate disso. Comentou não  
430 haver uma proposta pronta, então teria que ser feito, mas acha que de fato, é um instrumento  
431 adequado para dar de alguma forma, guarida jurídica para que os Conselhos Regionais possam  
432 enfrentar tais situações. A Conselheira Eugênia manifestou que seria importante o  
433 estabelecimento de uma **força tarefa** em cada Regional para o levantamento de possíveis  
434 problemas em cada registro e elaboração de relatório final assinado pelo Presidente do Conselho.  
435 Esse relatório servirá de base para que a CTC COFEM possa tratar a questão de maneira geral.  
436 Saulo diz que a questão essencial é a necessidade de fazer esse trabalho nos COREMs, e que  
437 devem começar agora a fazer esse levantamento para mapear todas essas situações, para que o  
438 COFEM possa ter um conhecimento do assunto e, se for o caso, elaborar uma norma, tendo uma  
439 base jurídica para a tomada de decisões referentes a tais casos. Comentou também que no 1R há  
440 pelo menos quatro casos que se acumulam, que foram mapeados, onde um deles foi deste  
441 senhor que já teve o caso comunicado ao COFEM, além dos casos dos profissionais sem  
442 documentação. A Tesoureira Rita observa que Artigo 38 complementa a IN sobre essa questão.  
443 Eugênia solicitou a Aluane para corrigir o que fora escrito no Art. 38 alterando para “[...] deverão  
444 ser analisados em Plenário dos COREMs e, posteriormente, encaminhados para análise e  
445 Parecer do COFEM”. Assim os Conselhos Regionais terão condições absolutas para analisar o  
446 caso proposto e já encaminhar para o COFEM com a análise feita. Também considerou mais uma  
447 alteração no novo artigo, acrescentando “Casos omissos nesta Instrução Normativa [...]”. Eugênia  
448 observou ter colocado como “Plenário”, pois assim gera a Legislação Fundamentada. Aluane  
449 indagou ao Saulo se seu comentário seria para constar em Ata ou não. Saulo respondeu que seria  
450 somente para constar na Ata qual fora o encaminhamento, orientação do Plenário sobre tal  
451 questão, por exemplo, os Conselhos Regionais deverão fazer de tal forma. Rita contempla a  
452 necessidade de começar a fazer o mapeamento e informou que o prazo para que os COREMs  
453 deem um retorno ao COFEM desse levantamento, sobre o quadro de inadimplência e qual o  
454 quadro de receitas que eles possuem de créditos disponíveis para cada Conselho Regional e que  
455 essa atividade está prevista no Calendário de Atividades, onde o prazo seria final de outubro, mais  
456 ou menos dia 25 pois em novembro já deverá encaminhar ao TCU. Eugênia chamou pela  
457 Conselheira Aluane pedindo para que altere mais uma vez o Artigo, para “[...] ser analisados pelo  
458 Plenário dos COREMs [...]”, assim já aprovando essa IN. Para confirmar a decisão, Saulo indagou  
459 que, nesse caso, terá que enviar ao COFEM um mapeamento detalhado, por exemplo,  
460 identificando cada registrado e cada pendência ou será um cálculo geral ofertado pelo COFEM,  
461 onde não terá uma espécie de memória fiscal? Rita respondeu que cada COREM terá que fazer o  
462 levantamento de sua “carteira de créditos” e o COFEM irá encaminhar não nominalmente, mas  
463 sim o período de crédito a receber sobre os valores, a quantidade de acordos feitos, enfim, o que  
464 conseguir ser feito, deve ser encaminhado. O Presidente Saulo novamente perguntou se para o  
465 encaminhamento ao COFEM, por parte dos COREMs, terá que ser mandado o mapeamento  
466 detalhado, com informação de nome dos profissionais ou só o cálculo geral. A Tesoureira Rita  
467 confirmou que é bom mandar o nome de todo mundo, assim tendo um controle do sistema,  
468 porque o COFEM tem que dar uma resposta ao Tribunal, obviamente não tendo o nome, mas o  
469 que já foi feito. Célia interrompeu perguntando se é para mandar nominalmente para o COFEM, a  
470 relação nominal do COREM 2R: desde registrado 001 até o 1374, por exemplo, como todo nome  
471 havendo sua situação? Rita respondeu que somente aqueles que estão em débito. Saulo mais  
472 uma vez, falou que seria interessante, como um Sistema, ter um modelo de registro dessa  
473 informação a nível nacional, assim padronizando o envio dessa informação, com inclusive



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento

Endereço: Rua Álvaro Alvim, nº 439, sala 01, 00670-000, Centro, CEP 20031-201, Rio de Janeiro/RJ

Hash: 5142960c9b7819a101b134399a010007, Centro, CEP 20031-201, Rio de Janeiro/RJ

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br); Tel.: (021) 97722-4020; e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com).

<https://valida.br/156475671f0dc86b2ced46325f9a3b6bc19360ea69781>





**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

algumas fórmulas que facilite o trabalho dos Conselhos Regionais e que ele têm, por exemplo, modelos de notificações totalmente baseados em fórmulas no Excel para justamente evitar erros, porque o cálculo é bastante complicado que foi feito para acordos de pagamentos, então no 1R foram criando fórmulas e tabelas para auxiliar na notificação. Rita diz que isso pode ser visto, mas pensando em conjunto justamente para poder ter uma visão nacional e ela se propõe a fazer tudo o que for possível para ajudar aos Conselhos Regionais nessa questão e que a informação deve ser enviada dessa forma ao TCU: qual é a carteira de crédito, além de, o que fora feito até novembro para o recolhimento desses valores, visto que, são tributos? Antes de prosseguir, Eugênia indagou se há ou não alguma legislação a mais para ver que seja importante, pois no período da tarde ela não estará disponível, mas gostaria caso tenha alguma dúvidas, poderia ser discutida. O Presidente Marco respondeu que é só a questão sobre o encerramento das cobranças que estão previstas na legislação. A Conselheira Eugênia sugeriu revisar agora ao invés de ser feito na parte da tarde. A Conselheira Rita interrompeu falando sobre o que está previsto na pauta, que seria o Item 4- Ministério do Trabalho; Item 5- Homologação da Legislação, onde está prevista a IN 002/2024; então sugeriu a deliberação desta IN agora e seguindo, posteriormente, com o item sobre o Ministério Público do Trabalho, que também não será demorado e encerra com reunião. **Deliberação do Plenário:** A IN 001/2024 foi aprovada pelo Plenário da 67ª AGE. O prosseguimento da reunião foi a revisão da IN 002/2024 que trata da suspensão das cobranças de taxas. **IN 002/2024.** Antes de começar a leitura, que foi realizada pela Conselheira Aluane, o Presidente Marco informou que a minuta já passou pelo Dr. Flávio, havendo assim, uma aprovação jurídica. Aluane iniciou a leitura do documento, que suspende temporariamente cobranças de taxas previstas na legislação COFEM até tomada de decisão do TCU sobre o assunto. Após a leitura do documento, Célia sugeriu que a data da Resolução poderia ser a data de sua publicação, no lugar do dia 30. Aluane comentou que ficou definido na AGE passada (66ª) que a suspensão seria imediata, com o envio, pelo COFEM, de uma orientação oficial, mas o COFEM não enviou a comunicação oficial suspendendo a cobrança de taxas. Após a confirmação dos Presidentes de que a orientação não fora enviada, os COREMs manifestaram a sua posição: **COREM 1R:** não seria possível considerar a data sugerida para a publicação, pois abrirá uma brecha para questionamentos, porque no 1R já possuíam a deliberação que foi discutida no Plenário, mas como o COFEM não se manifestou, não encaminhou nada. Então, no 1R foi mantido todo o procedimento, até para não gerar insegurança jurídica, pois estava havendo vários pagamentos nesse período. **COREM 2R:** Celia Corsino comentou que é a mesma situação do 1R, onde também houve pagamentos. **COREM 3R:** Aline informou que para ter um embasamento legal convocou uma plenária extraordinária junto aos seus conselheiros, expôs o documento que COFEM recebeu do TCU, juntamente com a resposta do COFEM ao TCU, e foi deliberado que até terem uma posição do COFEM, não estariam cobrando as taxas, somente as multas, por exemplo, ausência de registro dentro do tempo, falta de não solicitação de CTR em 30 dias, para poderem se amparar de forma legal. A Conselheira Eugênia explanou que se os COREMs não receberam de fato esse documento, a data realmente não pode ser a do dia 30 de maio, fato confirmado por Rita de que não houve o comunicado oficial, porque iria ser reparada uma IN. Eugênia reforçou que o problema principal é que essa minuta não tem uma data de aplicação. Rita comentou que a data é a mesma do dia que o Ofício foi encaminhado ao TCU, ou seja, nada será cobrado conforme decisão tomada na Assembleia. Aluane indagou se o documento fora enviado ao TCU no dia 08 de junho. Rita confirmou que sim. **Ficou acordado que se os Conselhos não receberam o documento, a data teria de ser a partir do dia 8 de junho de 2024,** que é o dia que foi discutido o documento, com todos os presentes. Rita comentou que essa é a data da Assembleia. A Conselheira Eugênia perguntou por que motivo essa data está retroativa ao dia 30 de maio. Rita respondeu que essa foi a data da resposta ao TCU. Aluane comentou que, de qualquer maneira a Eugênia tem razão por que os Conselhos só foram comunicados oficialmente no dia 08 de junho. Informou que a data do dia 30 de maio, é justamente a do Ofício e que deveria ter sido essa. Assim, fica mantida essa data, abrindo no documento um 2º parágrafo, informando que os COREMs que não implantaram a cobrança, deverão fazer a partir dessa IN, assim cabe a quem já paralisou e quem não paralisou





**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

527 estarão cobertos a partir de agora. Saulo solicitou a palavra e comentou que os COREMs  
528 precisariam se posicionar, pois o que aconteceu foi que foram comunicados sobre o assunto na  
529 AGE, dia 08 de junho e há duas questões para serem colocadas aqui. A primeira: no ofício  
530 encaminhado pela Secretaria do COFEM consta o seguinte. “Por gentileza, solicita-se cautela aos  
531 Conselheiros Federais e aos COREMs sobre a matéria, visto que o COFEM encaminhará o Ofício  
532 para os Conselhos Regionais sobre esta questão”, ou seja, não pode ser retroativo, o COFEM  
533 informou através do e-mail que enviaria o Ofício. A questão é, quem no âmbito do COREM que  
534 decidiu não cobrar, está coberto pela decisão do Plenário do seu Regional, onde eles fizeram um  
535 debate e chegaram a essa conclusão e está dentro do âmbito da autonomia daquele COREM que  
536 pode definir assim. Então, se o COFEM não for fazer nenhum tipo de percepção em torno disso,  
537 ele não vê qual o problema, pois o 3R possui uma base jurídica. A segunda questão: No Ofício do  
538 COFEM ao TCU, que ele chegou a ler e se surpreendeu com o conteúdo do item 8 sobre o qual  
539 ele gostaria de ter um esclarecimento do COFEM, registrado nesse item: “Ao oferecer para o  
540 sistema tal conjunto de normas prevendo recolhimento de taxas, tínhamos em mente que tais  
541 providências poderiam colaborar para o reforço do orçamento dos COREMs, valores esses que  
542 não entram na composição da quarta parte devida pelos COREMs ao COFEM”. Esta informação  
543 está errada, pois gostaria ter uma explicação sobre este item, porque joga para os Conselhos  
544 Regionais algo que todo mês está indo para o COFEM, pois toda renda bruta é enviada para o  
545 Conselho Federal, inclusive as taxas. Ou seja, para finalizar, a data não pode ser retroativa e o  
546 COREM que resolveu parar, está respaldado pela decisão de seu Plenário e reforçou sobre o  
547 esclarecimento do COFEM quanto a esse tipo de anúncio ao TCU que ele considera um erro. A  
548 Tesoureira Rita respondeu especificamente, sobre a questão do item 8, que foi um erro de  
549 redação e acabou não sendo observado pelos demais. Então, no próximo documento que será  
550 feito ao TCU, será necessário corrigir esta informação e fazer outros esclarecimentos. A  
551 Conselheira Eugênia pediu para voltar ao Art.1º, que de acordo com a fala do Saulo, sugere:  
552 “Suspender temporariamente, as cobranças das taxas elencadas abaixo, conforme Ofício COFEM  
553 nº 143/2024, até decisão final do TCU”, assim retirando a data que faça o documento começar a  
554 valer, deixando o Ofício do TCU, pois nele estão elencadas as outras questões. A Presidenta do  
555 COREM 3R, comentou que, recebida a informação, a levou para uma reunião com a Diretoria do  
556 3R e, posteriormente, ao Plenário, visto que é sua uma obrigação enquanto Presidente do  
557 Conselho, comunicar imediatamente à sua Diretoria os fatos apresentados na AGE [do Sistema].  
558 Todos ficaram alarmados com essa questão, frisando que tal informação abrangia não somente a  
559 Museologia, mas sim todos os Conselhos Profissionais. E assim, no fim de junho, foi realizada  
560 uma Plenária de emergência, onde decidiram que, tendo como base o documento que o TCU  
561 enviou ao COFEM e sendo notificados sobre isso na AGE do Sistema, a decisão foi que no final  
562 de junho não cobrariam mais essas taxas, mas que para, o bom andamento da COFEP, porque o  
563 principal problema no Rio Grande do Sul não é a inadimplência de anuidade, mas sim a questão  
564 de CRTs e de registros que ainda não foram feitos por bacharéis e mestres, que assim o 3R  
565 cobraria as taxas de multa, que ela perguntou ao Doutor Flávio na AGE e ele disse que as multas  
566 poderiam ser cobradas. Então, a partir daquele momento em sua Plenária foi optado fazer dessa  
567 forma, pois o 3R possui um valor reduzido de arrecadação e se precisarem fazer toda vez a  
568 devolutiva de dinheiro, serão uns 5 ou 6 formulários, vai e vem de e-mail, de assinaturas digitais  
569 que são coisas que tomam bastante tempo, ela percebe uma demora burocrática nesse momento  
570 e por isso que, então, o Conselho Regional tomou essa decisão, até porque o 3R é um Estado  
571 também e dentro deste limite o COREM precisou devolver apenas uma CRT nesse período. Outro  
572 motivo por terem tomado essa decisão foi que, diariamente, os registrados enviam e-mails  
573 perguntando o que está acontecendo no COREM e no COFEM, ou seja, foi uma decisão pensada  
574 em conjunto e, claro, se respaldarem juridicamente. **COREM4R**: Judvan disse estar contemplado  
575 pelas falas do 1R, 3R e da Conselheira Eugênia, onde a sugestão de redação que ela propôs já  
576 contempla o que o 4R fez. Também mencionou que não tendo recebido a comunicação do  
577 COFEM a decisão do 4R foi pela não cobrança de CRTs, mas cobraram a emissão CIPs, por  
578 exemplo. Então, a sugestão de Eugênia contempla o que dispõe sobre o 4R. A Conselheira  
579 Eugênia retornou falando que só queria lembrar que no documento emitido pelo próprio TCU, na







**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

580 **alínea a)**, na proposta de encaminhamento que está no item 22 da carta, fala para suspender as  
581 cobranças de taxas de registros de Pessoas Físicas; Pessoa Jurídica; expedição de célula de  
582 identidade; de certificado de registro anual; de certificação de responsabilidade técnica; certidão  
583 de acervo técnico; termo de responsabilidade. Mas na **alínea b)** consta em manter a cobrança das  
584 taxas de certidão de registro e de regularidade, bem como, outros atestados, certidões e  
585 requerimentos previstas na Resolução 96 desde que sejam descritos os fatos que lhes deram  
586 origem e demonstrada a facultatividade de pagamento, referentes aos subitens do Acórdão.  
587 Considerou que não foi tratada essa questão, mas que talvez seja necessário discutir com o Dr.  
588 Flávio como podemos gerar essas justificativas, mas esse primeiro momento, concorda na  
589 suspensão até poderem entender isso, rever essa situação perante a luz do próprio Ofício do  
590 TCU. O Presidente Saulo comentou que, considerando esse documento do TCU um tanto  
591 generalizada a suspensão seria um tanto perigosa para os COREMs. E quando suspende todos  
592 os atestados, certidões, requerimentos, requerimentos de registros (que está correto), expedição  
593 ou renovação de certificado de registro anual, certificação de responsabilidade técnica (também  
594 correto), mas em contrapartida a certidão de registro e de regularidade está colocado na minuta, o  
595 TCU deu a possibilidade da cobrança. Acredita que a resposta ao TCU deve se ater,  
596 exclusivamente, ao que o TCU especifica. A Conselheira Eugênia comentou que a colocação de  
597 Saulo está correta. Expressou também sua preocupação com essa suspensão, mas entende que  
598 de fato é necessária, mas que tem coisas que precisam justificar e tem como fazer, porque não  
599 são obrigatórios, então, é preciso analisar com mais cuidado o que no âmbito dos documentos  
600 que emitem, não são compulsórias, obrigatórias. Portanto, é um serviço que os Conselhos  
601 prestam por demanda do registrado. A Conselheira Eugênia considerou que a certidão de  
602 Registro e de Regularidade, que é muito comum nos COREMs, talvez possa ficar neste momento  
603 e depois rever. Saulo comentou que nunca cobrou essa certidão, porém havia dúvidas sobre ela.  
604 A Conselheira Eugênia disse que, teoricamente, pode manter a cobrança dessa certidão de  
605 Registro e Regularidade, que justamente disseram que não precisava cobrar, pelo que está na  
606 alínea b) do item 22, dessa Proposta de Encaminhamento. O Presidente Marco comentou uma  
607 questão importante que os Conselheiros não estão se atentando, toda essa normativa é somente  
608 uma única coisa: Tribunal de Contas da União deixou muito bem claro, que não está previsto em  
609 Lei, que não está na 7.287, que não está no Decreto 91.175. Por exemplo, certificados não estão  
610 especificados na Lei, o que está são multas, anuidade, ou seja, é possível postergar isso e  
611 mandar novamente para o Dr. Flávio sem problema, mas o TCU foi muito claro nesse quesito. A  
612 Tesoureira Rita comentou que o TCU disse que precisava justificar, mas não temos como  
613 justificar, porque não está previsto na Lei. A Conselheira Eugênia interrompeu falando que está  
614 previsto no Decreto, por mais que o TCU informe que não tem validade. A Tesoureira Rita  
615 comentou que uma das defesas da resposta do COFEM ao TCU foi em cima desse Decreto e não  
616 foi uma resposta clara. A Conselheira Eugênia acrescentou que vale para cobranças de taxas e  
617 isso deve ficar claro para todos, por ser uma normativa apenas para a Museologia, que para fins  
618 de pagamentos essa questão não vale. O Presidente Marco explanou que entende a preocupação  
619 dos COREMs e que embora o Sistema COFEM/COREMs tenha se organizado ao longo dos anos  
620 normatizando diversas questões, e que, por ele ter sido Conselheiro e Presidente do COREM 5R,  
621 entende bem a preocupação de todos os COREMs, porém o principal ponto é que não foi visto por  
622 nós e isso também não depende de nós, pois é algo que vem desde a década de 80, quando a lei  
623 foi aprovada. Então hoje, há duas situações muito claras que são, uma Lei criada na década de 80  
624 que não previu questões ligadas à cobrança de taxas e multas e hoje o Tribunal de Contas,  
625 chegou ao COFEM via monitoramento, questionando os Conselhos, sobre cobranças não  
626 previstas na Lei. Então o importante aqui é que eles estão percebendo situações que não  
627 poderiam acontecer. Então, se o COFEM decidir seguir cobrando, o Tribunal vai no documento  
628 cancelar tal ação. Chama a atenção para o fato de que a todos os itens do a) ao l) foram tirados  
629 da última Resolução de anuidade. Comentou estar passando essa situação para todos  
630 entenderem o grau de informações que o próprio COFEM produz. Aline expressou que entende a  
631 posição do Marco como Presidente do COFEM, e indaga como esse tema está sendo tratado no  
632 Conselho [Fórum]. Também não conhece a realidade de outros Conselhos e quais outros





## CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84

Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

633 conselhos possuem essas taxas em leis. E outra coisa, de extrema importância, e o que deveria  
634 ser feito, é fazer revisão de Lei, verificar que precisa estar nela, então, é necessária a organização  
635 e fazer sua revisão. Não há espaço para dizer que só porque ela foi criada, não está aberta para  
636 atualização. É necessário começar a ter uma posição de analisar o problema e deixar resolvido  
637 para as próximas gerações. Saulo solicitou informações à Andrea [representante do COFEM no  
638 Fórum] se foi feito o mapeamento das reações e dos atos de outros conselhos. Então, gostaria de  
639 saber, primeiro como está esse panorama e depois, em relação à Certidão de Acervo Técnico. Ela  
640 considera que a nossa CRT possui uma justificativa para sua criação, considerando que os  
641 Conselhos têm autonomia administrativa e financeira, para emitir os atos que garantam a fiel  
642 interpretação e execução da Lei. Se nesse caso a Certidão de Acervo Técnico não é obrigatória,  
643 e, está plenamente justificado, não precisa ser criado por Lei, ela está no âmbito daquilo que o  
644 TCU indicou como legal. Ou seja, precisamos avaliar com muita cautela quais são os elementos  
645 que temos, os fundamentos. E é isso o que a Assessoria Jurídica do COFEM precisa fazer: uma  
646 análise muito minuciosa, e construir os argumentos jurídicos com fundamentos. Esse trabalho é  
647 necessário em quase tudo no Sistema, onde os argumentos jurídicos precisam ser mais  
648 consistentes para as coisas, inclusive aqueles mais específicos com relação à profissão de  
649 Museologia. Complementa que gostaria de ter esse retorno, pois ele acompanhou muito o  
650 Conselho de Nutrição e como foi bem radical e que está com a Resolução deles aberta, onde eles  
651 revogaram tudo praticamente, todas as taxas, todos os emolumentos, praticamente só deixando  
652 Registro de Especialista e da habilitação, mas os valores das infrações também são deveras  
653 consistentes. A taxa do CRT, por exemplo, a partir de que se configurar neste cenário, o  
654 profissional tem que saber se ele vai emitir a CRT ou será gratuito. E se não retirar a CRT vai ficar  
655 muito pesado, vai ser multa e não tem negociação com isso. Respondendo ao Saulo e a Aline, o  
656 Doutor Flávio, foi tácito ao orientar que se não está em Lei não pode ser cobrado e que pensa em  
657 taxa como um tributo também e não pode ser gerado um tributo em cima de algo que não está  
658 previsto em Lei. Agora sobre a questão de taxas e leis o Conselho não pode fazer nada além do  
659 que seja acima dessa Lei e expressou ser a favor da revisão da 7.287/1984, mas precisam estar  
660 de acordo com os riscos que possam correr, por exemplo uma desregulamentação. Sobre o tópico  
661 tributário, a multa já está prevista na Lei, mas não diz os percentuais delas. A Conselheira Andrea  
662 comentou que pelo entendimento do Conselhão, pelo menos na última reunião, foi que todos os  
663 Conselhos suspenderam todo e qualquer tipo de cobrança do que havia sido redigido na lista. E a  
664 única coisa que ela viu que foi feito diferente, mas em seu entendimento, de forma positiva, foi a  
665 questão da forma como apresentaram a Informação. Os Conselhos informaram os dados do  
666 percentual que impactaria a ausência dessas cobranças, na arrecadação dos Conselhos. E pelo  
667 que viu, foi mais ou menos, um impacto entre 10 a 12% e que acredita ser muito maior para  
668 nossos Conselhos e deva chegar em torno de 50% da arrecadação. Talvez, de repente, tenha  
669 sido estratégico não colocar essa informação até para não chamar atenção para a realidade de  
670 seu Conselho, que na realidade é o menor que existe. Manifestou que a suspensão foi imediata e  
671 o posicionamento do Conselhão inclusive, está orientando é de que ninguém faça um movimento  
672 no momento, para ver se eles entendem que ninguém vá discutir a questão com o Conselhão, que  
673 ninguém vá manobrar dentro do Congresso para pressionar o TCU a mudar de opinião. Ou seja, a  
674 orientação do Conselhão é para ficar quieto até receber resposta do TCU e quando sair uma  
675 resposta para os Conselhos, visto que todos mandaram uma justificativa/explicação/resposta.  
676 Então, agora é realmente esperar a manifestação do TCU sobre todas essas respostas.  
677 Ponderaram e concordaram esperar para saberem qual o teor dessa resposta para assim  
678 poderem tomar alguma decisão, visto que essa resposta será a mesma para todos. Informou que,  
679 provavelmente, terão uma reunião marcada daqui a 15 dias. O Presidente Marco Antonio  
680 complementou que o Conselhão envia uma pauta comunicando o que vai acontecer na reunião e  
681 que até o momento não receberam, convocação de outra. O problema é que o TCU não tem  
682 prazo para publicar algo sobre o assunto. Comentou que quando o COFEM recebeu esse Ofício,  
683 todo mundo ficou sem reação com essa situação. A Presidenta Aline explanou como isso afeta na  
684 dinâmica de um Conselho. Comentou sobre um registrado que é PJ, e solicitou uma Certidão para  
685 participar de uma concorrência. Como o registrado não concordou com a cobrança da Certidão,



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento

Endereço: Rua Álvaro Alvim, nº 439, sala 01, 00670-000, Centro, CEP 20031-201, Rio de Janeiro/RJ

Hash: 51429609b78169a1b34399a01b00670007ab03a2191a5312c5de4baf61647

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br), Tel.: (021) 97722-4020, e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com).

<https://valida.de/186a75eb74f0dc86b2cedc46325f9a3b6bc19360ea69787>





## CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84

Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

686 pediu de Pessoa Física e perdeu a concorrência, embora tivesse preço para ganhar esse pregão  
687 eletrônico e perdeu por causa da apresentação da Certidão de Pessoa Física, porque o COREM  
688 não emitiu essa Certidão de Pessoa Jurídica para ele. Seu receio é que ele pode até simular que  
689 o COREM fez ele perder o edital. Concluiu, considerando que deverá em algum momento citar o  
690 dia e acredita ser dia 08, data da AGE, que tiveram conhecimento do documento do TCU e todos  
691 os COREMs decidiram por si só, com a autonomia jurídica que possuem e lamentou sobre o  
692 atraso do COFEM no encaminhamento do Ofício. E acredita que não se deve ter medo de  
693 atualizar a Lei dos Museólogos com medo de que haja desregulamentação, porque o risco é o  
694 Sistema ficar preso para sempre nesses entraves. O Presidente Saulo, considerando todas as  
695 questões apresentadas, acha que talvez seja válido rever a questão da data da IN nesse  
696 documento, considerando a fala do Presidente Marco e a fala da Andrea ao explanar de que modo  
697 o Conselho está verificando, acompanhando e se posicionando em relação a essa situação.  
698 Comentou que há um problema muito sério em relação a mexer na Lei de Regulamentação e que  
699 nesse momento não pode, em hipótese nenhuma, tratar desse tópico porque, em primeira  
700 instância é preciso ter algum tipo de validação da Legislação sobre o ponto de vista jurídico, ou  
701 seja, é necessário avançar primeiro em ter algumas garantias desse aspecto [a cobrança de taxas  
702 nos Conselhos] no âmbito judicial com uma mínima jurisprudência, coisa que o [Conselho] não têm  
703 hoje. Considera importante rever alguns tópicos, mas acredita que é melhor esperar a solução que  
704 o MINC dará, pois está fazendo uma revisão das leis ligadas à diversas profissões do campo  
705 cultural. Enquanto aguarda essa decisão há necessidade de começar a fiscalizar e poder levar  
706 para o âmbito jurídico, e esse ano o 1R começará a fazer isso, depois de concluir todos os ritos de  
707 fiscalização, e pela primeira vez irão julgar um caso de pessoa jurídica. Então certamente essa  
708 questão irá parar no âmbito judicial. Obviamente, sempre apresenta um risco para o Conselho,  
709 mas também é essencial concluir o processo. E isso se conecta com uma questão muito grave e  
710 importante da lei que é sobre as multas, relativas à questão de penalidades. Comenta que já levou  
711 isso à Diretoria do COFEM. A Lei do Museólogo é uma das poucas que não tem as penalidades  
712 previstas no texto. Inclusive a própria Legislação da Biblioteconomia que passou por uma revisão  
713 nos anos 90, e o que se manteve foi justamente sobre as penalidades. Então, isso é um tema que  
714 demanda um exame muito cuidadoso e urgente do COFEM, porque irá afetar um pouco o  
715 processo em andamento e que precisa de uma posição sobre essa questão. A Lei diz que as  
716 penalidades serão determinadas no Regimento dos Conselhos e é muito perigoso de deixar  
717 qualquer brecha. Deixa como ponto de atenção ao Plenário e ao próprio COFEM para que  
718 possam analisar e encaminhar o mais rápido possível para regulamentar a questão das multas e  
719 das penalidades com relação as infrações perante a Lei. Além de promover essa atualização o  
720 quanto antes, considerando que o COREM 1R irá julgar até setembro, aproximadamente, em  
721 torno de 14 processos alvos de infração aplicados. A Conselheira Eugênia sugeriu suspender  
722 temporariamente a cobrança de todas as taxas instituídas pelo Sistema COFEM/COREMs  
723 conforme Ofício do COFEM 147/2024 até decisão final do TCU. Concorde com a Eugênia em  
724 suprimir os itens, adotando o mesmo procedimento que o Conselho de Nutrição fez: uma  
725 resolução para revogar **ad referendum** do Plenário, os incisos tais da resolução tal, foi isso. Não  
726 há necessidade de especificar o que está sendo suprimido, é preciso simplificar. E começar,  
727 conforme já tinha dito, a instituir a relação das multas, instituir a CRT, no âmbito de avaliar e  
728 modificar a nossa legislação, autorizada pela lei. Instituiremos a CRT, mesmo que o TCU diga que  
729 estamos criando, estamos criando dentro da lei, porque a lei permite. Então, a partir de agora é  
730 preciso estudar quais são as multas, por exemplo, quem não pediu a Certificação de  
731 Responsabilidade Técnica, o que vai representar que não ter o Certificado de Registro anual,  
732 quem precisa expedir, quem não tem. São discussões que precisam ser feitas junto aos COREMs  
733 para elencar isso junto a relação de multas. O Presidente Marco perguntou se a sugestão é que  
734 os Regionais apresentem uma proposta. A Conselheira Eugênia comentou que seria relevante os  
735 Regionais discutirem entre si e definirem e depois apresentem ao COFEM para que possam  
736 analisar junto com a legislação. O Presidente Saulo considerou que esse mapeamento (questões  
737 de infrações e das multas cabíveis) cabe ao COFEM. Na fase das discussões os COREMs podem  
738 colaborar. A Presidenta Aline comentou que o COREM 3R está fazendo, se o profissional está



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento

Endereço: Rua Álvaro Alvim, nº 439, sala 11006, Centro, CEP: 20031-201, Rio de Janeiro/RJ

Hash: 51429609b7b91a0e134399a01b0067c07ab03fa2b9a5312c5de4baf61547

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br); Tel.: (021) 97722-4020; e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com).

<https://valida.de/1b6a75eb7f0dc6b02cedc46375f9a3b6bc19360ea69787>







**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

739 trabalhando e não solicitou a CRT no prazo de 120 dias, ele será multado, pois é o que estabelece  
740 a resolução. O bacharel tem 180 dias de desconto de 50% no valor da anuidade para solicitar o  
741 registro, ele não tem obrigatoriedade de estar registrado no Conselho, desde que não esteja  
742 trabalhando na área, mas se ele se formou com diploma, está trabalhando há mais de 3 meses e  
743 não se registrou no Conselho ele leva multa. No COREM 3R entendemos que a partir desta IN  
744 iremos divulgar amplamente, comunicamos somente aqueles que vieram nos perguntar. Tanto  
745 que, houve dois (02) registros, porque não haverá cobrança da taxa. No 3R, a COFEP está  
746 trabalhando desta maneira, as multas são aplicadas seguindo as normas estabelecidas nas  
747 resoluções. A Tesoureira Rita complementou sobre o que o 3R está fazendo, está previsto na  
748 Resolução 19, a questão é a multa sobre não solicitar CRT, pois esta certificação não tem  
749 previsão legal e entende que não poderiam cobrar multa. A Conselheira Eugênia compreende que  
750 é preciso discutir com o Dr. Flávio, pois não entende que a CRT não tenha previsão legal, a  
751 própria lei tem outras previsões, porque se não tira o livre arbítrio dos Conselhos. A Presidenta  
752 Aline retomou a palavra ao dizer que a CRT serve para fiscalizar o trabalho do museólogo, saber  
753 quem tira e quem não tira CRT, pois se não inviabiliza o trabalho da COFEP em certa medida. A  
754 Conselheira Eugênia comentou que cabe a compreensão à luz da nossa Lei, que no Art. 7º,  
755 determina, f) expedir as resoluções que se tornem necessárias para a fiel interpretação e  
756 execução da presente Lei; g) propor modificação da regulamentação do exercício da profissão de  
757 Museólogo, quando necessária; h) deliberar sobre o exercício de atividades afins à especialidade  
758 do Museólogo, nos casos de conflito de competência. O Presidente Saulo concordou com a  
759 colocação da Eugênia, pois está no âmbito da organização administrativa do Conselho para a fiel  
760 execução de seu objeto, a CRT é um instrumento que utilizamos, assim como outras normas que  
761 são aplicáveis, se isso não implica, não compreende que teriam algum problema com o TCU,  
762 infração a uma determinação está no âmbito de multa, não de taxa, então, aplica-se. Acrescentou  
763 uma proposta de texto como sugestão: Suspender temporariamente a cobrança de taxas no  
764 âmbito do Sistema COFEM/COREMs, Artigo 1º, parágrafo único, as multas aplicáveis pela não  
765 observância permanecem inalteradas. A Conselheira Eugênia comentou que deve estar no  
766 parágrafo único, continuam válidas por previsão legal conforme determinado na Lei nº 7.287/1984,  
767 Art. 12, alínea “e” e o Decreto nº 91.775/1985, Art. 13, inciso VI e Art. 15, inciso XIV, as cobranças  
768 de multas, nas situações abaixo aplicáveis. O Presidente Saulo considerou que não seria  
769 necessário o detalhamento. O Presidente Saulo retomou a palavra e comentou que o  
770 detalhamento poderá, por vezes, gerar confusão, do que qualquer outra coisa, tornar o mais  
771 sucinto possível nesta resolução, pois estava tomando como referência a do Conselho de  
772 Nutrição. Eles revogaram as taxas. Agora, com relação a CRT, deverá ser feita uma  
773 regulamentação no âmbito do Sistema, por conta do valor de referência que utilizava para  
774 aplicação de multas, terá que publicar talvez uma resolução alterando a norma com relação de  
775 qual será a referência à multa. Talvez até mesmo, este tema pudesse ser objeto dessa revisão  
776 que já tratamos em outras ocasiões, da questão de penalidades, incluir isto em um adendo dentro  
777 do regimento que será feito pelo COFEM, se assim o COFEM escolher ou julgar mais pertinente.  
778 O fato é que, não pode demorar, tem que sair o quanto antes, porque precisamos correr atrás do  
779 prejuízo, diante deste esvaziamento que teremos com as taxas, não pode demorar muito. A  
780 Conselheira Eugênia retomou a palavra para saber se pode deixar na forma que está no  
781 documento ou se só subtrairia as especificações do parágrafo único e pararia em [...] as  
782 cobranças de multas, encerraria aqui. A Conselheira Eugênia questionou ao Presidente Saulo o  
783 que ele consideraria melhor, manteria o Ofício COFEM 143/2024? O Presidente Saulo comentou  
784 que o Ofício já consta no preâmbulo, ou se quiser acrescentar uma data, sugeriria o texto.  
785 “Suspender, temporariamente, as taxas no Sistema COFEM/COREMs a partir desta resolução ou,  
786 instrução”. A Conselheira Eugênia comentou que seria melhor não colocar isso para os demais,  
787 pois poderíamos ter condições de negociar, que está no âmbito administrativo dos COREMs. O  
788 Presidente Saulo comentou que a decisão que o COREM 3R tomou, por exemplo, no seu  
789 entendimento, não vê base para questionamentos, levam a decisão para o Plenário e eles estão  
790 assentados pelo jurídico, está respaldada no âmbito do administrativo. Alguns Conselhos  
791 preferiram tomar decisões diversas e compreender que preferiram aguardar a orientação que o





**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**  
**Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85**

COFEM mandou por e-mail, que seria via um Ofício. Parece que estão todos corretos, alguns tomaram um caminho e outros foram por outros. No caso do 3R que seria mais preocupante, eles estão assentados em uma decisão que, provavelmente, tenha a ata e todos os demais documentos que traz segurança jurídica para o COREM que está dentro de sua autonomia administrativa, está fundamentada. A Conselheira Eugênia comentou apenas para leitura, de quem esteja fora, a compreensão do que é taxa pode dar confusão, para tanto, a sugestão é manter “[...] todas as taxas instituídas pelo Sistema COFEM/COREMs conforme Ofício COFEM 143/2024, até decisão final do TCU, tais como”. E deixaria tais como, porque não é abrangente e ao mesmo tempo dá segurança para quem for ler, vai entender melhor. A Presidenta Aline comentou que a decisão da diretoria foi em função da situação atípica que passaram no RS, pois aumentou a demanda de trabalhos, tem profissionais trabalhando não só como voluntários, mas também está aparecendo a oportunidade de trabalhos remunerados. A decisão foi antecipada a oficialização do COFEM, justamente por já estarem calçados juridicamente, caso alguém venha com alguma demanda para o COREM. Todos os trâmites, estão todos documentados, com ata assinada por todos os presentes, etc.. A Conselheira Eugênia indagou se todos estavam de acordo com o caput do Art. 1º, e retiraria as alíneas k) e l) que de fato, estão repetidas e conferir o parágrafo único. O Presidente Saulo sugeriu juntar, em uma única alínea, ‘atestados, certidões e requerimento’, todas na letra “e” e subtrai as letras “f” e “g”. A Presidenta Célia, comentou que a letra “h” era igual a letra “a”. A Conselheira Eugênia e o Presidente Saulo, comentaram que poderia subtrair a letra “h” e acrescentar na letra “a”, [...] (principal e temporário) para Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas. O Presidente Saulo indagou se deveria ser uma resolução ao invés de instrução normativa, porque é mais ampla. A Conselheira Eugênia concordou com a colocação de Saulo. A Conselheira Aluane corrigiu para Resolução COFEM 97/2024. O Presidente sugeriu se acrescentaria no Art. 1º a resolução que consta a cobrança de taxas. A Conselheira Eugênia comentou que será necessário fazer um levantamento posterior, pois algumas das resoluções COFEM abordam a cobrança de taxas. O Presidente Marco insistiu que acrescentasse a última resolução de anuidade. A Conselheira Eugênia concordou e comentou que a Resolução COFEM nº 96/2023, foi citação do TCU no documento encaminhado. O Presidente Saulo comentou que a Resolução que trata das anuidades de 2023, é de número 92. O Presidente Saulo solicitou uma opinião do COFEM em relação ao prazo, pois geralmente o COFEM demora para publicar no site, pois ao invés de colocar ao invés da decisão do Plenário, seria em colocar a partir da data de publicação, pois será o momento que terão acesso publicamente ao documento. **Deliberação do Plenário:** A Resolução COFEM 97/2024 foi aprovada pelo Plenário, com a sugestão de efeito a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do COFEM. Nesse momento a Conselheira Eugênia pediu licença e despediu-se do Plenário. O Presidente Marco comentou que o próximo item na pauta seria a **Homologação e/ou aprovação de legislação COFEM – documentos aprovados Ad hoc do Plenário** são documentos referentes ao processo eleitoral dos COREMs e do COFEM. Pois, na última AGE (66ª) elas haviam sido aprovadas. Porém, depois se observou que algumas datas estavam equivocadas e após as revisões das datas, foi necessário apresentá-las aqui para nova aprovação. **Deliberação do Plenário:** As Resoluções COFEM 95/2024 que tratam do processo eleitoral dos COREMs e a Resolução COFEM 96/2024 que dispõe do processo eleitoral COFEM foram aprovadas. O Presidente Marco apresentou o último item da pauta que foi **Ministério Público do Trabalho – Acordo de Cooperação Técnica – estágios** foi acordado em 2022, prorrogado em 2023 e 2024. O COFEM fez a primeira etapa, encaminhado as correspondências para as universidades solicitando que enviassem os dados sobre estágio aos Conselhos Regionais e até o momento O COFEM não recebeu nenhuma informação. O Presidente solicita informações sobre a operacionalização do processo em cada COREM, pois precisa encaminhá-las para MPT. **COREM 1R.** Informou em função do atraso em relação ao modelo de correspondência (para envio às Universidades, solicitado pelos COREMs), perdeu o foco, devido à quantidade de trabalho no próprio Conselho e por conta disso a correspondência para as Universidades não foi enviada. Outra questão foi a greve que atrasou o calendário e algumas, estão agora, iniciando o semestre. Fez contato com as EAD do país, que já estão reconhecidas pelo MEC, tanto a Uniasselvi como a Claretiano. Comentou que em breve a

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento

Endereço: Rua Álvaro Alvim, nº 439, sala 01-006, Centro, CEP: 20031-201, Rio de Janeiro/RJ

Hash: 514296c9e9bf8199a10b1439e6a0100670c0067ab03a219a5312c5de4baf6147

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br); Tel.: (021) 97722-4020; e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com).

<https://valida.de/186a75eb71f0dc86b2cedc46325f9a3b6bc19360eab69787>





**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**  
Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84  
Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

UNIASELVI terá a Portaria de reconhecimento pois obteve nota cinco (05) na avaliação do MEC. Então, enviou correspondências para os coordenadores da Claretiano e da Uniasselvi solicitando uma atividade com o Conselho para apresentar os serviços que prestam, tirar dúvidas, tanto para egressos como para estudantes e obteve um ótimo acolhimento do coordenador do curso da Claretiano, deixou a critério dele de como irá ocorrer a atividade. É uma tentativa de aproximação, porque é muito preocupante a questão da EAD e é preciso se colocar enquanto Sistema, pois há pessoas praticamente de todo o país que cursam EAD e inclusive há cidades que sequer tem profissionais museólogos. Outra questão importante para o Sistema é saber como os COREMs irão cobrar que um aluno seja orientado por um museólogo, pois esta é uma dúvida que tem refletido, pois não sabe como, as Universidades estão conduzindo o processo de estágio e que ter uma noção mais exata sobre o estágio, é uma informação relevante para se obter. As Universidades terão que informar através do formulário sobre o estágio, e com isso, será possível ter uma dimensão mais precisa sobre isso. É preciso marcar uma reunião com o supervisor de estágio para compreender como ocorre o processo. O próximo passo será conhecer a realidade, falar com quem coordene os cursos EAD em Museologia. A Resolução 97/2024, que foi aprovada traz um ponto muito positivo, pois vai aumentar a adesão dos museus. Sabe-se das dificuldades que eles enfrentam e mesmo sendo uma pequena taxa, [no serviço público] é uma burocracia muito grande para recolher e, a eliminação dessas taxas vai facilitar a regularização dos museus, pois historicamente essa é, talvez, uma das maiores dificuldades dos registros dos museus junto aos Conselhos. Basicamente, na 1ª Região, este é o cenário. **COREM 3R.** Aline considerou que as Universidades, ao enviarem para o COFEM as Portarias de Reconhecimento dos cursos demonstram a boa vontade do curso. No COREM3R toda vez que recebem o registrado precisam verificar se o diploma é reconhecido pelo MEC ou não. Sobre o curso EAD, o professor Rodrigo [Touso, Coordenador da Claretiano] enviou uma correspondência ao 3R, quando eles foram aprovados e logo o COREM enviou a resposta, solicitando uma conversa com os discentes sobre o Sistema COFEM/COREMs, que já é uma prática com as duas universidades, a UFRGS e a UFPEL. Este ano, já fizeram duas visitas na UFRGS e irão na UFPEL. Em 2023 tiveram uma reunião com o COFEM a respeito dos estágios, para esclarecimento de dúvidas, pois na UFRGS e na UFPEL os alunos participam de atividades extensionistas e às vezes, precisam assinar documentos, gerando algumas dúvidas. No final de 2022, os ofícios que foram encaminhados para as Universidades, não foram respondidos para o COREM 3R [o COFEM pediu que as respostas fossem para as Universidades] e a nova gestão não teve conhecimento disso, o que demorou alguns meses para início dos trabalhos e, deste então, estão trabalhando nisso. O COREM 3R enviará novamente a correspondência para as Universidades, considerando o período de greve, e em alguns cursos os semestres ainda estão irregulares. O COREM 3R está acompanhando de perto, tirando dúvidas daqueles que os procuram, mas de forma geral é bem acessível a participação do COREM nos cursos. Sobre a Uniasselvi, o COREM tem informação de que alguns egressos estão esperando a Portaria sair para solicitar o registro profissional. Duas egressas da Claretiano já solicitaram o registro no COREM 3R porque atuam na Região. Como a Uniasselvi, o COREM tem contato com uma tutora que oportuniza uma aproximação, mas entende que é relevante que essa aproximação seja realizada de forma oficial. O Presidente Marco falou que a UFPEL e a UFRS procuraram o COFEM, porém este orientou que o diálogo fosse direto com o COREM da Jurisdição e que não foram informados sobre esse contato, se obtiveram as informações. A Presidente Aline disse que foi um lapso não ter repassado ao COFEM, mas logo na próxima semana iria solicitar que a devolutiva ao COFEM fosse repassada. O Presidente repetiu todas as tratativas referentes a este item da pauta, do Acordo de Cooperação Técnico com o Ministério do Público do Trabalho. Já haviam cobrado do ex-Presidente do 2R, mas irá repassar todas as documentações deste Acordo para a Célia, que comentou que no 2R, terão uma questão interessante, que é na UFMG, pois a coordenadora do curso é uma historiadora, que havia sido processada e houve uma situação que lhe chamaram para conversar e orientou que a Universidade precisaria ajudar, pois foi informada que são 25 museus e somente uma (01) museólogo, situação inconcebível, não poderia perdurar. Em relação ao Rio de Janeiro ela acreditava que não teriam problemas entre as Universidades de lá. Ela tem



~~Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento.~~

Hash: E9d4e296c06e9df8- Rua Álvaro de Alvim nº 118 - sala 118 - 00677-000 Centro - CEP: 20033-120 - Rio de Janeiro RJ

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br); Tel.: (021) 8977-22-4020; e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br), [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com).

<https://www.cofem.org.br/> Tel.: (021) 97722-4020 e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com)

org.br/ Tel.: (021) 9772-24020 e-mail: [cofam@cofam.org.br](mailto:cofam@cofam.org.br), [cofam@cofam.org.br](mailto:cofam@cofam.org.br), [cofam@cofam.org.br](mailto:cofam@cofam.org.br)









**CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM**

**Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84**

Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

questionam, por dizerem que no museu onde fazem estágio não é assim, questionando  
procedimentos básicos da museologia. Algumas vezes, a prof<sup>a</sup> precisa conversar com os alunos  
mostrar que o profissional do Museu está equivocado. Embora sejam situações deselegantes com  
colegas de profissão, é preciso alertar os alunos, pois eles aprendem errado em seus locais de  
estágio. Ao se tornarem professores, passam a ensinar errado, vão trabalhar e fazem errado. Por  
isso na UNB, a orientação é de não permitir os estágios obrigatórios sem o profissional  
museólogo. O Presidente Saulo indagou se esta decisão é para estágio obrigatório e não  
obrigatório. A Conselheira Andrea respondeu que é para ambos os casos. O Presidente do  
COREM 1R, Saulo, considerou que seja uma decisão um tanto radical, que de algum modo isso  
acontece pela ausência de fiscalização do COREM Regional, pois caberia ao COREM verificar  
para que não houvesse, nessas instituições, a falta deste profissional, principalmente aquelas que  
desenvolvem atividades de museologia. No estágio obrigatório sim, está vinculado ao processo  
formativo do curso e necessita que o orientador seja o museólogo. Entretanto, percebe que há  
vários campos possíveis de inserção entre eles, aqueles não específicos, para estágios não  
obrigatórios para os estudantes de museologia. Tem preocupação de que se não há uma  
orientação para isso fica criada uma limitação entre os estudantes a não circularem, em áreas  
onde o estágio não é obrigatório. Nesses locais não precisaria ser exclusivo do museólogo, pois  
como a própria lei diz, pode ser profissional com experiência. Por isso falou ao Presidente Marco  
que precisam ter noção dos próprios contornos de atuação com relação aos estágios, até onde  
sabe, alguns conselhos têm normas e registros de estágio. Talvez fosse um caminho possível  
criar uma normativa interna para fins de acompanhamento e monitoramento, ver o que está  
acontecendo no campo do estágio, pois se fosse possível um registro no conselho, poderia dar  
mais segurança ao próprio estagiário. O Presidente Marco estimulou aos Presidentes que quem  
tiver as informações repassem ao COFEM, pois precisam passar ao Ministério Público todas as  
informações referentes aos estágios e passou a palavra à Presidente Aline, que comentou a  
grande dificuldade de ter os profissionais nas Instituições em estágios não obrigatórios e esbarra  
na mesma situação da Andrea, porque no estágio não obrigatório, o estagiário pode questionar a  
decisão da universidade, porque ele pode achar que a Universidade não quer que ele trabalhe. O  
3R não tem regimento diretamente sobre os estágios. Mas uma coisa que está vendo e lhe  
preocupa bastante na área, são os formados que fazem carreira acadêmica e não se registram no  
Conselho, trabalhando com bolsas CNPQ, recebendo dinheiro e, algumas vezes se tornam  
coordenadores de uma bolsa, levam outros estudantes e não se registram. O Conselho precisa  
olhar para isso também, pois daqui a pouco haverá vários estudantes sob a coordenação de um  
bolsista trabalhando na área da museologia, sem registro. Esses coordenadores acham que não  
precisam do registro por não estarem no regime de CLT. Portanto, é preciso olhar para este viés,  
ver o que está acontecendo no ambiente de concessão de bolsas. A Conselheira Andrea  
complementou sobre a fala do Saulo de que são dois entendimentos: **é preciso resgatar**, eles  
nem tentam mais pedir estágio quando não tem supervisor museólogo nos museus. Em relação à  
lei de estágio, quando diz que deve ser orientado por museólogos ou profissionais de áreas afins,  
relata que já fez uma consulta com o jurídico da própria Universidade e o entendimento foi o de  
que foi [no estágio não obrigatório, o orientador pode ser o profissional de áreas afins, se a  
profissão não é regulamentada; se for regulamentada, é preciso que o orientador seja o  
museólogo e se propôs a repassar esse documento aos demais Conselheiros. O Presidente  
Marco informou que a pauta foi finalizada e que a Assembleia estaria, portanto, encerrada.  
Agradeceu a presença e participação de todos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi  
encerrada às 14h36 e eu, Diretora Secretária COFEM, Aluane de Sá da Silva, lavrei a presente  
Ata que seque assinada por todos os presentes nesta 67ª Assembleia.

**Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior** COREM 5R 0054-I.

**Assinado eletronicamente**

**Heloisa Helena Queiroz - COREM 2R.0726-I.**

Helena Helena Quiroz



~~Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento~~

Hash: 574e25606e9dfe8148995a18190067c06e067a3993a1269a53121c5d94b4e104RJ

[www.cofem.org.br](http://www.cofem.org.br); Tel.: (021) 97722-4020; e-mail: [cofem@cofem.org.br](mailto:cofem@cofem.org.br); [cofem.museologia@gmail.com](mailto:cofem.museologia@gmail.com)

<https://valida.ae/1b6a75eb71f0dc86602cedc46375f9a3b6bdc19560eab6978>





CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM  
Criado pela Lei nº 7.287, de 18/12/84  
Regulamentado pelo Decreto nº 91.775, de 15/10/85

Rita de Cássia de Mattos - COREM 2R.0064-I. 

Documento assinado digitalmente

Aluane de Sá da Silva - COREM 4R.0198-I.



ALUANE DE SA DA SILVA  
Data: 10/08/2025 11:24:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andréa Fernandes Considera COREM 4R.0149-I.



Cláudia Penha dos Santos - COREM 2R.0359-I.



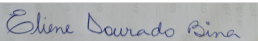
Documento assinado digitalmente

Diego Lemos Ribeiro - COREM 3R 0191-I.



DIEGO LEMOS RIBEIRO  
Data: 11/08/2025 14:36:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eliene Dourado Bina - COREM 1R.0080-I.



Documento assinado digitalmente

Janete Rodrigues Santos COREM 1R.0269-I



JANETE RODRIGUES SANTOS  
Data: 10/08/2025 15:22:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcia Regina Bertotto - COREM 3R.0180-III



Maria da Conceição Lopes Moreira- COREM 1R.0268-I,



Maria Eugênia dos Santos Teixeira Saturni  
COREM 4R.0022-II.

Assinado eletronicamente

Documento assinado digitalmente

Saulo Moreno Rocha - Presidente COREM 1R.



SAULO MORENO ROCHA  
Data: 12/08/2025 21:05:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Guilhermina de Melo Terra - Tesoureira COREM 1R



Documento assinado digitalmente  
GUILHERMINA DE MELO TERRA  
Data: 09/08/2025 22:42:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Célia Corsino - Presidente COREM 2R



Angela Maria C. Moliterno de Oliveira -Tesoureira COREM 2R



Documento assinado digitalmente  
ANGELA MARIA CHIESI MOLITERNO DE OLIVEIRA  
Data: 11/08/2025 18:24:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aline Escandil de Souza - Presidente COREM 3R



Documento assinado digitalmente  
ALINE ESCANDIL DE SOUZA  
Data: 13/08/2025 10:03:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Judivan Alves Ferreira - Presidente COREM 4R





## Página de assinaturas

Assinado eletronicamente

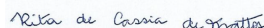
**Marco Junior**  
956.600.380-34  
Signatário



**Celia Corsino**  
370.883.867-04  
Signatário



**Márcia Bertotto**  
495.803.100-68  
Signatário



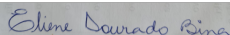
**Rita Mattos**  
351.604.207-97  
Signatário



**Heloisa Queiroz**  
842.040.797-68  
Signatário




**Maria Moreira**  
806.875.125-49  
Signatário



**Eliene Bina**  
287.215.275-04  
Signatário



**Cláudia Santos**  
003.968.057-60  
Signatário



**Andréa Considera**

Assinado eletronicamente

**Maria Saturni**








010.099.107-60  
Signatário941.728.038-49  
Signatário

## HISTÓRICO

08 set 2025 14:57:04		<b>Conselho Federal de Museologia</b> criou este documento. ( Empresa: Conselho Federal de Museologia, CNPJ: 03.605.169/0001-63, Email: cofem.museologia@gmail.com )
08 set 2025 15:04:03		<b>Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior</b> (Email: maranjr@gmail.com, CPF: 956.600.380-34) visualizou este documento por meio do IP 177.174.255.202 localizado em Florianópolis - Santa Catarina - Brazil
08 set 2025 15:04:16		<b>Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior</b> (Email: maranjr@gmail.com, CPF: 956.600.380-34) assinou este documento por meio do IP 177.174.255.202 localizado em Florianópolis - Santa Catarina - Brazil
17 set 2025 15:02:12		<b>Heloisa Helena Queiroz</b> (Email: heloisaqueiroz.culturario@gmail.com, CPF: 842.040.797-68) visualizou este documento por meio do IP 187.111.110.222 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil
17 set 2025 15:02:19		<b>Heloisa Helena Queiroz</b> (Email: heloisaqueiroz.culturario@gmail.com, CPF: 842.040.797-68) assinou este documento por meio do IP 187.111.110.222 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil
08 set 2025 20:00:06		<b>Rita de Cassia de Mattos</b> (Email: ritademattos@gmail.com, CPF: 351.604.207-97) visualizou este documento por meio do IP 179.210.18.44 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil
15 set 2025 19:43:19		<b>Rita de Cassia de Mattos</b> (Email: ritademattos@gmail.com, CPF: 351.604.207-97) assinou este documento por meio do IP 179.210.18.44 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil
26 set 2025 23:08:20		<b>Andréa Fernandes Considera</b> (Email: andreaconsidera@uol.com.br, CPF: 010.099.107-60) visualizou este documento por meio do IP 179.148.172.235 localizado em Niterói - Rio de Janeiro - Brazil
26 set 2025 23:08:28		<b>Andréa Fernandes Considera</b> (Email: andreaconsidera@uol.com.br, CPF: 010.099.107-60) assinou este documento por meio do IP 179.148.172.235 localizado em Niterói - Rio de Janeiro - Brazil
25 set 2025 21:09:51		<b>Cláudia Penha dos Santos</b> (Email: claudia@mast.br, CPF: 003.968.057-60) visualizou este documento por meio do IP 191.42.14.243 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil
25 set 2025 21:10:17		<b>Cláudia Penha dos Santos</b> (Email: claudia@mast.br, CPF: 003.968.057-60) assinou este documento por meio do IP 191.42.14.243 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil
24 set 2025 16:59:54		<b>Eliene Dourado Bina</b> (Email: elienebinacofem@gmail.com, CPF: 287.215.275-04) visualizou este documento por meio do IP 187.87.206.160 localizado em Salvador - Bahia - Brazil
24 set 2025 17:00:12		<b>Eliene Dourado Bina</b> (Email: elienebinacofem@gmail.com, CPF: 287.215.275-04) assinou este documento por meio do IP 187.87.206.160 localizado em Salvador - Bahia - Brazil
15 set 2025 15:00:24		<b>Márcia Regina Bertotto</b> (Email: bertotto@terra.com.br, CPF: 495.803.100-68) visualizou este documento por meio do IP 189.6.209.25 localizado em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brazil
15 set 2025 15:00:40		<b>Márcia Regina Bertotto</b> (Email: bertotto@terra.com.br, CPF: 495.803.100-68) assinou este documento por meio do IP 189.6.209.25 localizado em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brazil
19 set 2025 10:33:25		<b>Maria da Conceição Lopes Moreira</b> (Email: lialmoreira7@gmail.com, CPF: 806.875.125-49) visualizou este documento por meio do IP 179.186.23.6 localizado em Salvador - Bahia - Brazil



- 19 set 2025** 10:35:17  **Maria da Conceição Lopes Moreira** (Email: [lialmoreira7@gmail.com](mailto:lialmoreira7@gmail.com), CPF: 806.875.125-49) assinou este documento por meio do IP 179.186.23.6 localizado em Salvador - Bahia - Brazil
- 20 out 2025** 15:30:43  **Maria Eugenia dos Santos Teixeira Saturni** (Email: [eugeniasaturni@uol.com.br](mailto:eugeniasaturni@uol.com.br), CPF: 941.728.038-49) visualizou este documento por meio do IP 189.78.7.253 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil
- 20 out 2025** 15:31:01  **Maria Eugenia dos Santos Teixeira Saturni** (Email: [eugeniasaturni@uol.com.br](mailto:eugeniasaturni@uol.com.br), CPF: 941.728.038-49) assinou este documento por meio do IP 189.78.7.253 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil
- 10 set 2025** 09:29:33  **Celia Maria Corsino** (Email: [celia.corsino@terra.com.br](mailto:celia.corsino@terra.com.br), CPF: 370.883.867-04) visualizou este documento por meio do IP 200.20.109.1 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil
- 10 set 2025** 09:29:37  **Celia Maria Corsino** (Email: [celia.corsino@terra.com.br](mailto:celia.corsino@terra.com.br), CPF: 370.883.867-04) assinou este documento por meio do IP 200.20.109.1 localizado em Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brazil

